



Anais da Assembléia

N.º 37

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1978.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Lineu Turra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Antônio Facci (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Fabiano Braga Côrtes, Lázaro Dumont, Otássio Pereira e Ivan Rüppel, (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de registrar a presença, no plenário, de S. Ex.ª o Deputado Federal, Norton Macedo, integrante da bancada da Aliança Renovadora Nacional.

Da mesma forma, registra, com satisfação, a presença do Dr. Akira Iamazita, ex-Prefeito Municipal de Ivaiporã.

Da mesma forma, a Presidência registra, com satisfação, a presença do Sr. Pedro Américo da Silva. Vereador de Icaraíma. E uma Comissão do Município de Alto Piquiri, composta pelos Srs. Atílio Lorenzetti, Mário Garcia e Douglas Escamon.

O Sr. 1º Secretário lerá o expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, requer a inserção em ata desta Casa, para que conste dos Anais, voto de pesar pelo falecimento dos policiais DEUSDETE PALMEIRA SILVA e ANTÔNIO EDUARDO MATSUZEVSKI, pertencentes aos quadros da Polícia Civil do Estado, ocorrido domingo último.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O hediondo crime perpetrado domingo último no bairro de Santa Felicidade, contra os policiais Deusdete Palmeira Silva e Antônio Eduardo Matsuzevski, não poderia passar

despercebido pelos integrantes desta Casa, não só pelo fato dos mesmos pertencerem à nossa Polícia Civil, um dos setores encarregados da manutenção da segurança da nossa sociedade, mas, muito mais, pela maneira horripilante como sucedeu.

Estavam os referidos funcionários daquela entidade, exercendo condignamente o turno de trabalho, quando, não se sabe quantos, inescrupulosos e irresponsáveis marginais, lançaram em seus destinos o dardo da morte, ceifando-lhes a vida e, conseqüentemente, deixando duas famílias sem a viga principal de sua estrutura.

Cabe-nos o dever da gratidão para com estes homens que tombaram irremediável e definitivamente, na defesa da mais edificante virtude, o mistério do trabalho, que dignifica e enobrece o homem de bem, embora, muitas vezes, mal remunerado.

Reconheçamos na extinção destas duas vidas, o valor da função do policial e o risco a que sempre estão expostos e expressemos o nosso respeito às duas famílias enlutadas, respeito esse, extensivo a toda a classe que pertenceram.

A inserção de voto de pesar, pelo infausto acontecimento, que requeremos, nos Anais desta Assembléia Legislativa, é o mínimo de conforto e solidariedade que os homens públicos e as autoridades poderiam oferecer, àqueles que tão prematuramente se viram privados do convívio de seus entes queridos, além da homenagem "post mortem" aos dois brilhantes agentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento dos agentes policiais Eduardo Matsuzevski e Deusdete Palmeira da Silva, barbaramente assassinados no último domingo, em Santa Felicidade.

Outrossim, aprovado [o presente, dê-se ciência da decisão da Casa às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja enviado apelo desta Assembléia ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Osires Stenghel Guimarães, no sentido de ser construída uma ponte sobre o Rio Guarani, divisa entre os municípios de Quedas do Iguaçu e Catanduvas, na estrada asfaltada que liga Dois Vizinhos a Quedas do Iguaçu até a BR-277.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Três Barras, um dos mais progressistas do Sudoeste, necessita ser beneficiado com uma saída para a BR-277, a fim de encurtar a distância no escoamento de sua grande produção agrícola. É medida das mais racionais e que proporcionará inúmeros benefícios, jamais nesta época em que se aconselha uso, o mais econômico possível, dos meios de transportes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, requer o envio de veemente apelo ao Dr. Paulo Roberto Vianha, Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, em Brasília, ao Superintendente da SUNAB, no Rio de Janeiro aos Ministérios dos Transportes e Agricultura e ao Presidente da Portobrás, no sentido de sensibilizar as autoridades federais, visando que a importação de milho, recentemente autorizada, seja procedida através do Porto de Paranaguá, como medida de emergência, necessária à atenuação do desemprego e da mão de obra ociosa, decorrente da queda da produção agrícola do Paraná, causada pelo longo período de estiagem.

Solicita o signatário que o requerimento seja acompanhado de cópia do pronunciamento que dirigiu à Casa, anexando ao presente.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que o Paraná, em consequência da estiagem, sofreu real debacle em sua produção agrícola, eu, como representante de Paranaguá, quero salientar minha séria preocupação pelo problema social que já se afigura como acentuado, tendendo a agravar-se. Refiro-me à mão de obra ociosa do Porto de Paranaguá. Gente que vive do trabalho, mas que está sem ter o que fazer, por falta de movimento normal do Porto. Gente que precisa ganhar para poder sustentar os seus. Gente que já caminha para a desesperança à beira do desespero. O problema é sério, sem solução imediata, porém passível de atenuação, se medidas concretas forem prontamente adotadas. É por isso que assumo esta tribuna, na tentativa de conscientizar esta Casa, da necessidade de uma união de todos, visando o proporcionamento de trabalho para os portuários, os obreiros que trabalham no Porto de Paranaguá, cujas atividades dependem da existência de safra a ser escoada. Alguns, por sem dúvida, diante do intróito deste pronunciamento, estão curiosos em saber como colaborar. Eu esclareço: unindo-nos no esforço de obtenção de paliativos, é a normalização do movimento portuário.

Ainda agora, o noticiário da imprensa informou que o Governo Federal autorizou a COBEC "trading" estatal, a importar um milhão de toneladas de milho, para suprimento do mercado interno. O Porto de Paranaguá poderia movimentar-se. Para que tal aconteça, estou a pedir a colaboração de todos os paranaenses, no sentido de sensibilização das autoridades federais, para que tal importação seja procedida através do Porto de Paranaguá, perfeitamente aparelhado com equipamento sofisticado para a descarga do produto, bem como para o seu conveniente armazenamento, na excelente rede de armazéns de retaguarda, apropriados para receber tal importação. Estivadores, ensacadores, empregados em transportes de cargas, é um mundo de gente que precisa trabalhar e está a espera de serviço, já enfrentando sérias dificuldades financeiras. Pedem apenas trabalho. A importação do milho é uma oportunidade de oferecer trabalho a essa gente, até que a situação melhore. A voz do Paraná precisa ser ouvida no Brasil. É exatamente em tal sentido, que peço a cooperação dos Senhores Deputados, oferecendo apoio aos apelos a serem dirigidos ao Dr. PAULO ROBERTO VIANNA, Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, em Brasília.

Ao Senhor Superintendente da SUNAB, no Rio de Janeiro, aos Ministérios dos Transportes e da Agricultura e ao Senhor Presidente da Portobrás. Apelos veementes, para que, cientes da situação difícil do Porto de Paranaguá, autorizem que a importação do milho seja procedida por Paranaguá, propiciando trabalho e ganho, capaz de minorar e adiar um sério problema social que caminha para uma crise, passível de ser evitada, diante da certeza que a agricultura paranaense já se recupera, permitindo o convencimento da estabilização

do movimento do Porto de Paranaguá. Já afirmam que Deus é brasileiro e que o Paraná é um dos celeiros do Brasil. Por isso, eu sou otimista e não temo o futuro. Mas não posso deixar de pensar no presente. E é para agora que pleiteamos uma medida de emergência. A importação do milho, por Paranaguá, se faz necessária e oportuna para contornar o problema do desemprego. Sou integrante da Oposição, porém não a pratico de forma sistemática, pois represento o povo, e quero vê-lo satisfeito com a atuação do seu representante e das autoridades constituídas. O meu pedido de colaboração é justo, justíssimo, razão porque confio que mereça o apoio de todos os representantes do Paraná aqui presentes, e que tenha ressonância na esfera federal, para satisfação não minha, mas de tanta gente que está à espera de trabalho, certa de que não será abandonada, em uma situação de emergência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário, para aprovação do seguinte pedido de informações, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças do Estado do Paraná:

1. — Quais as causas determinantes para a brusca redução das quotas de ICM, devidas aos municípios paranaenses?

2. — Tal crise é verificada pela primeira vez ou existiu, no Paraná, depois da eliminação do artigo vinte, algum antecedente e nas mesmas proporções que a atual?

3. — Como se explica que não houve uma orientação do Governo do Estado, às Prefeituras, para que tivessem condições de ordenar seus orçamentos evitando assim, a complexidade de problemas em que as administrações municipais se viram envolvidas de uma hora para a outra, e sem qualquer condições de remanejamento orçamentário?

4. — Existe previsão para a restauração dos níveis anteriores a curto prazo ou a queda tem caráter permanente?

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A crise financeira que afetou os municípios paranaenses, com as elevadas reduções das quotas de retorno de ICM, está a exigir das nossas autoridades financeiras municipais uma explicação. Sem qualquer aviso e colhendo as administrações municipais de surpresa, pela brusca e despropositada redução da receita, gerou-se em todos os municípios a mais grave crise financeira até hoje registrada. A maioria das unidades municipais tem comprometida em boa parte suas quotas de ICM, antecipadamente, e os saldos, significam a própria sobrevivência das prefeituras que tem no retorno do ICM, sua principal fonte de receita. Ora, o corte verificado na maioria, não permite nem o pagamento dos compromissos antecipados, ou seja: não tem sido suficiente o numerário destinado aos municípios, nem para o pagamento dos credores habilitados com procurações para receberem diretamente dos bancos, quer dizer então da parte que as prefeituras se serviam para fazer frente a outras necessidades? O mais grave porém, que nenhuma justificativa tem apresentado o Governo do Estado a ensejar uma explicação das causas que determinaram, de inoportuno, uma redução tão brusca nas receitas municipais.

Parece-nos difícil e mesmo impossível que se deva a uma queda de arrecadação do ICM. Evidente que as oscilações nos níveis de arrecadação dos impostos, constituem até uma certa normalidade. Porém, nas proporções das verificadas nestes meses iniciais do corrente exercício, data vênica, não podem ser admissíveis, porquanto se a circulação de mercadorias tivesse diminuído nos mesmos índices que reduziram-se as quotas de ICM aos municípios, haveria surgido um colapso comercial de iguais proporções.

Assim, para dirimirem-se as dúvidas, o pedido visa não apenas o conhecimento exato e a extensão das causas, mas principalmente, objetiva dar conhecimento público às administrações municipais, que, colhidas de surpresa e sem quaisquer informações oficiais, ainda não conseguem orientar-se para reordenarem suas receitas orçamentárias e, conseqüentemente, fazerem frente aos compromissos assumidos e terem condições de cancelar outros, se a redução orçamentária persistir.

É possível que estejamos enganados ao afirmar que o Governo do Estado do Paraná, esteja retendo indevidamente parcela financeira que cabe aos municípios, e se isso foi feito ou não, só a resposta oficial ao presente pedido esclarecerá o fato.

A verdade porém, é uma só. Os responsáveis pelas finanças estaduais não avisaram as prefeituras com a necessária antecipação, da queda astronômica de suas quotas e comprometeram com isso em tudo e a todas as administrações municipais. Por outro lado não é admissível a falta de informação oficial sobre o assunto. Daí porque, justifica-se plenamente o presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente à Secretaria dos Recursos Humanos, consubstanciado em pedido de informações, que segue:

1. — Informar os totais dos salários que percebiam do Poder Público, os policiais Deusdete Palmeira Silva e Antônio Eduardo Matsuzewski, assassinados domingo último nesta Capital. Esclarecer a que títulos percebiam as suas remunerações.

2. — Informar as datas em que foram admitidos nos quadros do funcionalismo público do Estado.

3. — Informar os títulos e os totais que passarão a perceber os dependentes dos dois policiais desaparecidos.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

É por demais sabido que o funcionalismo público paranaense, e principalmente a nossa corporação militar, recebe salários desumanos. E mais entristecedor, é o desamparo a que ficam relegadas as famílias dos policiais desaparecidos ou aposentados. Mister se faz, por sentimentos justos, cristãos e morais, que a questão seja estudada, debatida e equacionada, buscando parâmetros dignos na equação da constrangedora situação. As informações supra solicitadas, virão contribuir de forma indispensável nas análises que estamos fazendo da situação funcional do miliciano nos aspectos: profissional, salarial e legal.

Rogamos o apoio dos nobres Deputados.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 44/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S. Entidade Filantrópica, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais, presta realmente serviços à coletividade de maneira desinteressada; sua direção

não recebe qualquer espécie de remuneração, e seu estatuto social está devidamente registrado no cartório competente.

Portanto, nada mais justo que seja declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais, (SOS), para o que, contamos com o apoio dos nobres Deputados com assento neste Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Logo após as viagens de 1975, o Paraná recebeu e, esta Casa também, a visita de uma autoridade ligada ao Ministério da Agricultura, que dizia que o Paraná nada tinha a temer pela perda de seus cafezais, porque o Paraná seria o grande produtor de soja e trigo deste País. Todos os setores ligados à agricultura deste Estado levantaram-se para dizer - o Paraná era pioneiro no cultivo em cafezais, e haveria de reconquistar o primeiro lugar, novamente, neste País, na produção de café.

Mas, aqueles que acompanham, de perto, e isto o fazemos, a atual estiagem em nosso Estado, pelo noticiário dos jornais, podem e estão percebendo que, realmente, o café está em 2º, 3º ou fora mesmo, dos planos dos nossos governantes.

A íntegra da nota do Conselho Monetário Nacional, sobre as decisões, com referência à estiagem, deste Estado, diz o seguinte: — Conselho Monetário Nacional, reunido sob a Presidência do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, aprovou a concessão de assistência financeira especial aos produtores de algodão, arroz, milho, soja e trigo, dos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, que registraram fracasso nas safras de 77-78, face à forte estiagem que assolou aquela região, ocasionando, de acordo com pesquisas realizadas junto às agências do Banco do Brasil, reduções de 53,4 e 30,5%, nas safras de algodão do Paraná e São Paulo; 33,3% na safra de soja do Paraná; de 23,5% na do Rio Grande do Sul; de 20,7% em São Paulo; de 41,1% na safra de milho do Paraná; de 35,8% na de São Paulo; de 74% na safra de arroz do Paraná, 51,7% na de São Paulo e de 70% na de Mato Grosso.

O Conselho Monetário aprovou a prorrogação para até 2 (dois) anos dos financiamentos de custeio, assim como prorrogação de até um ano de vencimento das prestações relativas a investimentos que seriam pagas com rendimentos das lavouras; e a concessão de crédito a produtores em vista dos níveis de perdas não dispõem de recursos para manter-se até a próxima safra, no total de 8,3 milhões de cruzeiros.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Pelo noticiário e pela própria resolução, vê-se que o Paraná, como São Paulo também, não foi beneficiado em sua lavoura cafeeira. Nós que vimos de uma região cafeeira, eminentemente, temos encontrado lavradores totalmente atônitos, porque apesar de, na árvore, não perceber-se a perda quase total do café, agora, no início da colheita, encontra-se a grande tristeza porque percebemos e percebem os agricultores que, a saca de café que, em média deveria ter uma renda de 23, 22 e, no mínimo 20 quilos, em certas regiões está produzindo uma renda, em média, de 7 a 10 quilos de café, apenas, em saca.

E o Conselho Monetário Nacional e os nossos governantes, correm em busca de soluções, mas falam, apenas, em soja e trigo, como se o nosso Estado não dependesse, ainda, do café, que é sua maior sustentação. Vamos, a partir de agora, começar a clamar, como já fizemos em outras ocasiões, em outras oportunidade; mas, agora, especificamente, com referência à lavoura cafeeira, que não pode, Sr. Presidente, não pode, Srs. Deputados, ficar à mercê, apenas de sua própria sorte. É ela que mantém, na soma rural, a maioria dos lavradores braçais.

O êxodo rural aumentará, consideravelmente, se nós continuarmos sem a assistência a que temos direito. — (Sem revisão do orador).

O PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, inscrito.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Espalha-se aos quatro ventos que somos uma Nação emergente. Vivemos realmente uma época em que a propaganda orientada tem tentado dopar mentes e consciências para impor uma realidade que não existe. Os "slogans" dominaram, durante muitos anos, o rádio, a televisão e os jornais brasileiros. Agora, os "doutrinadores" já estão ficando um pouco mais cuidadosos: a publicidade de uma realidade inexistente está disfarçada, está procurando enganar o povo, com mais sutileza e um pouco mais de inteligência.

Um dos "slogans", que dominou os olhos e ouvidos dos brasileiros foi o "Plante que o Governo garante". E sabem o que ele garantiu? Foi a espetacular vitória do povo, nas urnas de 1974.

Proclama-se, também, que o Brasil é um país eminentemente agrícola. Mas que tipo de agricultura praticamos?

Num breve histórico dos ciclos econômicos porque passou o Brasil, desde seu descobrimento até os dias atuais, vamos verificar que tivemos, quase sempre, uma agricultura de exportação e não, uma agricultura de consumo interno e muitas vezes, de subsistência. Assim foram os ciclos do pau-brasil, da borracha, da cana-de-açúcar, do café e, agora, o da soja.

O Movimento de Março de 1964 prometeu ser renovador, revolucionário. E o que presenciamos atualmente? Instalou-se um processo agrícola, sustentado pelo governo, que visa unicamente à exportação, ao lucro para o Estado. É o capitalismo estatal. O povo brasileiro foi esquecido. Seu consumo interno também. O que interessa é exportar mais para que alguns ganhem mais.

O então Ministro Cirne Lima procurou transformar o Ministério da Agricultura num órgão realmente determinante da política agro-pecuária brasileira, livre de pressões de grupos multinacionais influenciadores de Ministros da Fazenda deste país. E o que aconteceu? Cirne Lima se demitiu para não compactuar com interesses que não são os do povo brasileiro.

No atual Governo, é indicado para ocupar o Ministério da Agricultura um professor e técnico, com a promessa de tornar sua Pasta atuante e independente do mando autoritário do Ministério da Fazenda. Sabemos, é claro, que um governo deve funcionar harmonicamente em suas diversas áreas de atuação. Deve existir entendimento entre elas, para que o sistema possa funcionar. O que não pode ocorrer, porém, é que todos os Ministérios estejam subordinados à determinação de uma Super-Pasta que nega e inutiliza a existência das demais. É isso o que vem acontecendo, neste País.

Eis o que afirma o conceituado jornal "Folha de São Paulo":

"As repetidas vezes em que o Ministro Allysso Paulinelli se dobrou às imposições do Ministério da Fazenda, demonstram que ele, nestes quase quatro anos à frente do Ministério da Agricultura, não é mais o técnico agrícola que empolgava os alunos da Escola Superior de Agronomia, em Minas Gerais.

Agora é o político que não pretende voltar à cátedra em Lavras, de noites monótonas preparando aulas ou corrigindo provas de alunos sonhadores em melhorar a vida do produtor rural, através de novas técnicas agropecuárias".

Paulinelli preferiu acomodar-se a enfrentar os objetivos de uma política econômica que visa exclusivamente ao

lucro e não, à melhoria de condições de vida do povo brasileiro.

Há de reconhecer-se que, "embora recebendo apreciáveis dotações nos orçamentos monetários, a agricultura jamais ocupou — como objeto de uma política bem estabelecida — o primeiro plano da atenção governamental." E o atual governo prometera ser a agricultura sua prioridade maior. O que restou foi a frustração de uma safra de frustrações.

O Correio do Povo Rural, de 7 de abril, enfatiza:

"Arroz, feijão, carne, leite e pão são os produtos principais da mesa do brasileiro. Pois é, todos eles estamos importando — o Brasil, um país de dimensões fantásticas e eminentemente agrícola, com grande vocação agropecuária. Mas, lamentavelmente, esta é a triste realidade da atualidade brasileira, onde ainda se brada por excedentes agrícolas para sairmos do desequilíbrio do balanço comercial e das vultuosas dívidas externas, quando não temos estes produtos, nem para as bocas nacionais."

Eis aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os frutos de uma política econômica obsessivamente comprometida com o capitalismo de estado, que se esqueceu dos brasileiros e só pensa em lucro e no aumento do índice do Produto Interno Bruto. Exportar muito, enquanto o produtor é esquecido e o povo não tem com o que se alimentar.

Como representantes do Oeste paranaense, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos permanecer indiferentes diante desse desafio. Somos um Estado que depende, quase que exclusivamente, da terra, da agricultura e da pecuária. Temos que lutar por uma política agropecuária que atenda os legítimos interesses da gente do Paraná. Uma política agropecuária que garanta ao produtor a recompensa justa pelo seu trabalho. Uma política agropecuária que permita que o produtor se liberte de uma monocultura, anti-econômica e sujeita às intempéries da natureza. Uma política agropecuária que não só vise ao lucro estatal e de grupos privilegiados, mas que se alicerce na realidade nacional. Uma política agropecuária que não só de exportação, mas de consumo interno, também, para que o povo brasileiro possa usufruir, com justiça, da riqueza nacional.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados:

Não podemos assistir omissos ao desenrolar de erros que se acumulam, no desenvolvimento de um sistema econômico que está transformando o povo brasileiro em simples instrumento de suas metas. O povo brasileiro tem de ser autor desse desenvolvimento e seu único beneficiário.

Não é hora de aplausos fáceis e encomendados. Chegou, sim, a hora de uma tomada de posição corajosa na defesa intransigente dos interesses reais da nacionalidade!"

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, na forma regimental, estou apresentando à Mesa, pedido de informações à Secretaria de Finanças das causas da redução drástica nas cotas do ICM destinadas aos municípios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, parece ter findado o ciclo sucessório das escolhas democráticas, altruístas, nacionalistas, dos futuros governadores da "Redentora Revolução de 64".

Hoje, no Paraná, existe uma seca tão violenta, uma estiagem tão assustadora, uma falta de humidade tão gritante que parece até ameaçar a vida de alguns paranaenses. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ante a estiagem que assola a política nacional, ante a falta de humildade, de dignidade, de decência, de moralidade, que invade a vida pública brasileira, a estiagem do Paraná não tem importância alguma, porque

ela afeta materialmente este Estado. E materialmente, o homem já encontrou soluções para contornar as maiores dificuldades.

O que o homem, principalmente, o homem brasileiro não tem encontrado é condições para extinguir esta estiagem, esta falta de vergonha que assola este País e que contamina o Partido Situacionista. E esta estiagem, esta seca que está estiando até aqueles que constituem a exceção dentro da ARENA e existem, e que são aliados de qualquer decisão; é esta seca, Sr. Presidente, que me assusta, porque esta seca pode levar o Brasil como leva a natureza depois de uma seca, a um grande incêndio, "onde haverá choro e ranger de dentes".

Queira Deus, de que a chuva não seja apenas a umidade para arrefecer o calor da terra, mas que venha uma chuva de inspiração sobre os nossos homens públicos. Para que a ARENA encontre alguma coisa de renovação e não vá buscar no passado, que são esses governadores que fazem a generalidade da escolha que vem desmascarar esse Partido que pregava abertamente...

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicitaria a V. Ex.^a que advertisse ao Sr. Deputado que ocupa a tribuna, que moderasse suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência devolve a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, solicitando a S. Ex.^a que mantenha a moderação que sempre demonstrou neste plenário.

O SR. NILSO SGUAREZI — Desculpe, Sr. Presidente, mas jamais fui moderado, neste plenário, e quero me manter fora da moderação que invade este País. Porque, o que falta no Brasil, hoje, é falta de atitudes, de contestação. Porque, de moderação em moderação, de complacência em complacência, de benevolência em benevolência é o que temos assistido...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência adverte ao nobre Deputado que lhe resta um minuto para concluir sua oração.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, V. Ex.^a tem o poder fiscalizador e até moderador deste Parlamento. E se assim entende eu me curvo à decisão de V. Ex.^a.

Mas, para concluir, Sr. Presidente, o "pacote de abril" está vivo, está atuante. Através do "pacote de abril" personalidades brilhantes, destacadas da vida pública, foram levadas ao cenário brasileiro. Entre elas, o Paraná contribuiu com sua quota. Entre elas, Sr. Presidente, muitos nomes do passado constituíram, ou fizeram notícia na política brasileira; hoje coltam à cena no Brasil.

Por isso, fica aqui a indagação: onde está a renovação da Aliança Renovadora Nacional? Onde as figuras ilustres que, o "Pacote de Abril", através da briosidade procurou descobrir.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna apenas para informar à Mesa Executiva que temos notícia de que o Departamento de Correios e Telégrafos está a repelir os envelopes de cartas e comunicações que os Srs. Deputados estão fazendo através desta Assembléia.

Acontece que, segundo informações, existe alguma portaria, algum ato normativo de ordem interna daquela repartição que estaria impedindo a remessa de correspondência senão através de envelopes do tipo padronizado.

Se isto ocorrer, como está na iminência de ocorrer, este Poder Legislativo, por certo, sofrerá um grande prejuízo com o material que existe aqui no Almoxarifado, e reverteria num grande prejuízo para o erário do Estado.

E esta é a razão pela qual venho à tribuna para fazer um apelo a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que entre em contato com o Departamento de Correios e Telégrafos para, pelo menos, esgo-

tar esse material que está estocado na Assembléia Legislativa, para que não haja um prejuízo ao erário Público.

Por outro lado, Sr. Presidente, desejo comunicar também, e lamentar que a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social está enviando toda espécie de indigentes que vêm a esta Capital, para tratamento de saúde, aos Srs. Deputados, pelo menos do MDB, para fazer o retorno através de passagens, de conduções, de passes e de outras formas de retorno deste pessoal ao interior.

Esta Assembléia, Sr. Presidente, ao que me consta, não é um Departamento de Assistência Social, não é um organismo do Poder Executivo que está aqui a assambarcar e a entrar na esfera da atuação de uma das Secretarias de Estado. E é esta mais uma forma de apelo que venho fazer à Assembléia Legislativa e à Mesa, para que officie ao Sr. Secretário e viabilize uma modalidade de facilitar o retorno deste pessoal, principalmente aqueles que vêm, efetivamente, para tratamento de saúde comprovado, para que os Deputados não fiquem a dar desculpas, porque a verba de assistência social, que têm os Srs. Deputados, é insuficiente até para pagar passagens, quanto mais para a viabilização de outras reivindicações de indigentes.

Por esta razão, Sr. Presidente, para que a Assembléia não se transforme num organismo assistencial, pura e simplesmente, é que faço o apelo a V. Ex.^a.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, inscrito.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma vez, nós ouvimos, desta tribuna, o eminente Deputado Nilso Sguarezi; quando de sua estada na mesma, dizia a nós, que não era um assunto propriamente que não se deveria ventilar, que se deveria abordar na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E se referia, naquela ocasião, o eminente Deputado Nilso Sguarezi, à Seleção Brasileira de Futebol.

Referia-se, especificamente, a um atleta convocado para a Seleção Brasileira. Pois nós entendemos, Sr. Presidente, que esta Casa tem obrigação e deve se preocupar com todos os problemas que venham diretamente de encontro à opinião pública e ao povo.

E é por isto que nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendemos hoje apresentar, desta tribuna, um voto de congratulações a uma emissora de rádio, ou, mais propriamente, à Rádio Universo de Curitiba. Esta rádio, Sr. Presidente, foi aquela que proporcionou, foi aquela que deu a todos nós, a oportunidade e, principalmente, àqueles menos favorecidos pela sorte, àqueles que não têm em seus lares uma televisão preto e branco, muito menos uma televisão à cores, mas que como nós, Sr. Presidente, também gostam, também admiram o esporte da multidão, e que talvez se a Rádio Universo assim não tivesse procedido, milhares e milhares ou milhões de pessoas, ficariam sem assistir as partidas de futebol da Seleção Brasileira pela Europa e pela Arábia Saudita.

E graças à iniciativa daquela equipe esportiva, da equipe mais ouvida no País, nós tivemos a oportunidade de, passando pelos bairros, pelos lugares mais longínquos, constatarmos que os rádiozinhos de pilha estavam ligados à Rádio Universo, sintonizando a Rádio Universo, acompanhando e torcendo pela Seleção Canarinho.

Por isto, Sr. Presidente, que, aquele gesto da Emissora Rádio Universo comoveu este Deputado, sensibilizou este Deputado a ponto de vir hoje, publicamente, propor à Casa um requerimento, para que os nobres pares aprovelem este voto de congratulações, que achamos por demais merecido, por tudo aquilo que ela fez, dando cobertura à nossa Seleção, e proporcionando a todos aqueles que não têm a mínima condição mas têm o seu rádiozinho de pilha, a oportunidade de acompanharem e torcerem conosco pelo sucesso do Brasil, na Europa e na Arábia Saudita. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer voto de congratulações a todos os elementos que compõem as equipes esportivas e retaguarda técnica da Rádio Universo, por ter sido a única emissora do Paraná a realizar as transmissões de todas as apresentações do selecionado do Brasil, em gramados da Europa e Arábia Saudita.

Requer, outrossim, seja dada ciência aos diretores daquela emissora.

Sala da Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Com essas transmissões a Rádio Universo de Curitiba, deu ensejo a que os menos favorecidos e aqueles que não têm T.V. em suas casas pudessem acompanhar através das potentes ondas daquela emissora, uma das mais ouvidas no País. Assim portanto, queremos homenagear aquela emissora e toda sua equipe de trabalhos."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é do conhecimento de V. Ex.^{as}, por sinal este assunto já foi abordado por vários Srs. Deputados, que diz respeito a esta prolongada estiagem que assola o nosso Estado, que ocasionou uma quebra quase que total da nossa safra de milho, o que acontece hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, o Governo Federal está autorizando à COBEC, uma "Traling Company", a importar 1 milhão de toneladas de milho, do Exterior, talvez do México ou dos Estados Unidos, autorização já concedida pelo Governo Federal a esta "Traling", para suprir as deficiências da nossa produção de milho, ocasionada pela seca que assola o nosso Estado.

O que nos traz à tribuna neste preciso momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um apelo patético que fazemos às autoridades responsáveis, no sentido de que esta importação seja feita através do Porto de Paranaguá, um porto altamente sofisticado, com uma excelente rede de armazéns de retaguarda que poderão facilitar sobremaneira a importação do milho, se for feita através daquele porto e isto, com o único e exclusivo objetivo, de dar serviço a milhares de trabalhadores, que estão perecendo de fome na cidade de Paranaguá, que com muita honra eu represento nesta Casa Legislativa.

Os milhares de trabalhadores dos sindicatos, dos estivadores, ensacadores arrumadores que estão carentes de serviço e esses 40 ou 50 navios que deverão trazer o produto para o Brasil, se aportarem em Paranaguá, irão minorar o sofrimento desses trabalhadores e nós trouxemos um expediente que vamos endereçar à Mesa, acompanhado de um requerimento, para que o nosso objetivo talvez possa ser alcançado, expediente no qual nós tratamos com mais detalhes, com mais minúcias, as condições que o Porto pode oferecer.

Eu acredito que se houver boa vontade do Governo Federal e diretores de certos órgãos que poderiam fazer com que essa importação seja feita através do Porto de Paranaguá. O milho será importado de qualquer maneira, e com o Porto de Paranaguá, se poderá reduzir a situação a alarmante, desesperadora que assola os lares dos trabalhadores do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O DIA DO TRABALHO E O TRABALHA-

DOR

As classes trabalhadoras brasileiras recebem no mês de maio o reconhecimento do Governo Federal. Somente no mês de maio o Governo desce do seu altar e promove reuniões e concentrações de trabalhadores, aonde devem comparecer autoridades locais ou o Delegado Regional do Trabalho.

No mês de maio, alguns dirigentes sindicais apertam a mão do Delegado do Trabalho. Alguns, mais destacados por sua fidelidade, chegam a apertar as mãos do Ministro do Trabalho ou do Presidente da República.

A primeira semana do mês de maio é a época do beija-mão. Todos os pelegos importantes se perfilam perante o Ministro do Trabalho, o Presidente da República e, agora, perante o candidato a Presidente da República. Trocam algumas palavras e podem beijar a mão das autoridades.

É uma cena do Brasil Imperial, que estamos revivendo nos últimos lustros.

Algum pelego-chefe pode até receber um abraço presidencial ou futuro-presidencial.

É verdade que já no mês de abril há uma preparação para essas cenas. Os chefes de sindicatos controlados pelo governo, e principalmente os pelegos mais obedientes, podem entrar pela porta do lado no gabinete do Delegado do Trabalho. Vão a fim de receber e encenar seu papel nas comemorações de maio e como devem conduzir "seu rebanho" durante depois do anúncio oficial do salário-mínimo.

Porém todos os pelegos sabem que as festas oficiais do Dia do Trabalho são um deboche ao trabalhador brasileiro. Já eram uma farsa no Estado Novo, embora algumas medidas sociais dessem às solenidades certa importância.

Os pelegos sabem e muito bem que o Dia do Trabalho, como já o final de abril, e a primeira quinzena de maio são os momentos especiais na encenação demagógica para ludibriar as classes trabalhadoras. Se não soubessem não seriam pelegos. Mas eles devem exercer seu papel na hora da festa e procurar obter vantagens sindicais. Devem demonstrar "prestígio" junto aos mandarins; devem demonstrar "influência política". E devem, acima de tudo, escamoteando, mostrar que a força dos trabalhadores não representa nada; e que o Governo é que dá e tira quando quer.

O trabalhador deve pensar que sua valia é pouca e que o Governo é um pai. Este é o atual modelo do sindicalismo brasileiro.

Pode parecer um consolo que o peleguismo deixou de ser uma política de relações com os trabalhadores para ser uma política de relações com os políticos. E é a pura verdade que hoje somos à terra do peleguismo: no sindicato, na política, nos esportes, nas instituições. Quem não é pelego não tem vez. Mas pelego é coisa de montaria. A maioria dos homens, no entanto, não aceita essa condição de montaria. A grande e esmagadora maioria dos trabalhadores não admite, nem à força, ser encilhado e montado.

E agora vemos, com justificado orgulho e confiança, crescerem as manifestações de descontentamento e protesto das classes trabalhadoras brasileiras.

E com elas a expressão de todas as classes sociais por seus representantes mais conscientes e altivos. E então vemos, com toda a clareza, que mesmo sob as pressões, as intimidações, as depurações e cassações voltam à cena brasileira as lideranças sindicais autênticas, apoiadas nas categorias profissionais das classes trabalhadoras.

E o Governo reúne, festeja e abraça. Mas não engana mais ninguém: ao seu lado não estão as forças vivas do trabalho. Ao seu lado não estão os líderes valorosos das classes trabalhadoras.

Para o beija-mão o Governo conta apenas com os pelegos formados nas antessalas das delegacias do trabalho.

O trabalhador brasileiro hoje está consciente de que foi

nas suas costas, molhadas pelo suor, que se montou o "milagre brasileiro", que não é bem brasileiro; que é menos ainda da maioria dos brasileiros; que não é dos governados. E que, em verdade, não é nenhum milagre.

Se milagre há é como suportou e ainda suporta o trabalhador a opressão, a exploração e o arrocho, recebendo em troca um salário que nem é mínimo; é insignificante e de fome. O milagre é que os trabalhadores tenham sido as grandes vítimas do Modelo Econômico Brasileiro e agora, já nos estertores da agonia desse monstro, ainda lhe afirmem que vai continuar sendo servidor e espectador do banquete da "Ilha Fiscal" — onde rei, príncipe e ministros recebem a fina flor da aristocracia e do peleguismo.

Entretanto, o milagre se esvaziou: não mais é possível para a nobreza cobrar e gastar à vontade. O milagre se esvaziou e também seu modelo. O modelo está apodrecendo e os autores do modelo estão sendo apontados à opinião pública. Os autores e os executores. De nada adiantam os arreganhos e as ameaças dos novos gerentes desse modelo desconjuntado.

Os trabalhadores estão conscientes do que querem. Não aceitam mais o papel e o beija-mão de seus chefes sindicais impostos. Tudo está mudando neste País. Há ainda muitos obstáculos, mas quando os homens sabem o que querem e o querem decididamente; e são a maioria nacional; conquistam seus direitos; reafirmam sua condição de agentes na história."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. — (Pausa). — Ausente S. Ex.^a, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi. — (Pausa). — Ausente S. Ex.^a, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece e está tão somente conferindo o número de inscrições para a sessão de hoje.

Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o horário que lhe é reservado.

O SR. ENÉAS FARIA — Fala o Deputado Trajano Bastos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece ao Sr. Deputado, e concede no horário reservado ao M.D.B., a palavra, ao Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vive a economia deste Estado horas de amargura, especialmente no que diz respeito a sua economia agrícola e a atividade pecuária. A seca que atingiu as nossas lavouras prejudicou também e prejudica também a pecuária deste Estado. Na minha região, na região Centro-Oeste, região de Guarapuava, é calamitoso o estado em que se encontram as pastagens daquela região.

Sabem V. Ex.^{as} que a pecuária guarapuavana se nivela hoje com a pecuária nacional. E os produtores e os pecuaristas daquela região enfrentam uma situação quase que sem saída, porque as pastagens existentes já quase não existem mais, devoradas que foram pela seca. E as novas pastagens, que se iniciaram no mês de fevereiro, também foram perdidas. É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nesta hora de dificuldades os setores competentes do Governo encontrem uma solução para esta situação aflitiva para a nossa economia. Sabemos que medidas já foram tomadas para atender a agricultura, ficando no entanto, de fora, os pecuaristas. Nestas condições, Sr. Presidente, é que pretendemos submeter à Casa, um requerimento, com o seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Ex.^{mos} Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, solicitação,

no sentido de criar **faixa de Crédito Especial de Emergência**, para atendimento aos pecuaristas do Paraná, notadamente os da região Centro-Oeste, Oeste e Sudoeste do Estado, que devido a longa estiagem, estão perdendo pastagens e sem condições de refazê-las.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A longa estiagem que atinge os Estados do Sul do País, comprometem seriamente a economia agrícola do Paraná, com desdobramentos ainda indefinidos.

Este fenômeno atingiu também, a pecuária deste Estado, principalmente a da Região Centro-Oeste, porquanto destruiu parcialmente as pastagens já existentes, como também e principalmente as pastagens em formação, com plantio iniciado em fevereiro. É necessário portanto que os pecuaristas recebam as atenções de setores do Governo, no sentido de se criar, uma **Faixa de Crédito Especial de Emergência** de financiamento, com prazo e custos compatíveis, para recuperação das pastagens atingidas pela seca."

Espero, Srs. Deputados, encontrar o acolhimento necessário para a aprovação deste requerimento, pelas razões que expus, e pela seriedade que envolve tal problema.

Se não encontrarmos uma solução de imediato para este angustiante problema, ficará seriamente comprometida, a produção pecuária deste Estado.

É nestas condições, Sr. Presidente, que encaminhamos à Mesa, este requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta à Liderança da ARENA, se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública o "Lar São Mateus", com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

Recomendaria à Mesa, que fizesse soar as campanhas, chamando os eminentes Deputados que se encontram nos seus gabinetes, uma vez que passamos à Ordem do Dia, para poderemos deliberar sobre as matérias.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende.

(Fas soar os tímpanos).

Em discussão o Projeto de Lei n.º 02/78. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 03/78, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, que denomina "Prefeito José Amin Matte", a Escola de Ensino de 1.º Grau, da sede do Município de Chopinzinho. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). — Para requerer, Sr. Presidente, a verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere.

Depois de devidamente alertados os Srs. Deputados, soli-

cita o Sr. 1.º Secretário faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para a constatação de "quorum".

(Far zoar os tímpanos).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Far soar os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam a chamada 35 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberações.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 138/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características específicas. Parecer favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 178/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 2.393,94 metros quadrados, constantes das datas n.ºs 8 e 9 da Quadra n.º 37, da Zona 7, da Planta da Cidade de Maringá, de propriedade do Estado do Paraná, adquiridas conforme transcrição n.º de ordem 2.555 do livro 3-C, do 3.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, pela área de terreno com 2.393,12 metros quadrados, constante da Quadra n.º 47-B, da Zona 5, da Planta da Cidade de Maringá, de propriedade do Município de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 178/77

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 137/77, o presente Projeto de Lei n.º 178/77, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, com características que especifica.

Pela justificativa apresentada, temos que a permuta a ser efetivada irá proporcionar ao Município de Maringá a construção do Edifício da Escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC, através de futura doação do Município àquele Serviço Nacional, que muito tem contribuído para o desenvolvimento e o aprimoramento de mão-de-obra àquela Região de nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 178/77

O presente Projeto de Lei n.º 178/77, oriundo da Mensagem Governamental 138/77, visa autorizar o Poder Executivo a permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, com características que especifica.

Sobre a constitucionalidade e a legalidade do projeto, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita ao exame da matéria sob o aspecto financeiro, temos que de acordo com a justificativa apresentada pela Mensagem, nada há que possa impedir a sua aprovação por esta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, e pela sua

aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1978.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 538/77, de autoria da Comissão Especial de Reforma à Constituição, proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria dos Senhores Deputados Fidelelino Tolentino e Valter Pietrângelo, acrescentando artigo 157 com redação que especifica, ao Título, das Disposições Gerais e Transitórias da referida Constituição. Com parecer e Substitutivo da Comissão Especial, em condições de ser apreciado pelo plenário, por unanimidade.

PROPOSIÇÃO N.º 538/77

Artigo único — O Título V — Das Disposições Gerais e Transitórias — fica acrescido do seguinte dispositivo:

"Artigo 157 — É assegurado, ao servido público admitido antes de 08 de maio de 1967, e que tiver tempo de serviço prestado até 15 de março de 1968, o direito de computar esse tempo, para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para a obtenção do benefício."

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1977.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO

VALTER PIETRÂNGELO

APOIAMENTOS: Trajano Bastos, Lúcio Machado, Lineu Turra, Renato Bernardi, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Antônio Facci, Nilso Sguarezi, Hélio Manfrinato, Enéas Faria, Accioly Neto, Adalberto Daros, Waldenício Barbalho, Basílio Zanusso, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Luiz Alberto Oliveira, Jorge Sato, Muggiati Filho, Lázaro Dumont, Edilson Alencar, Jurandir Messias, Domício Scaramella, Deni Schwartz, Aguinaldo Pereira Lima, Egon Pudell, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Wilson Fortes, Nelson Buffara, Ivan Rüppel, Ezequias Losso e um ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual de 08 de maio de 1967, seguindo disposições contidas na Constituição Federal de 24 de janeiro daquele mesmo ano, alterou os critérios até então vigentes para a obtenção da aposentadoria, passando a exigir, como tempo necessário para a concessão desse benefício, 35 anos para os homens e 30 para as mulheres.

Todavia, no § 1.º de seu artigo 143, deixou a seguinte ressalva:

"Art. 143 — ...

§ 1.º — O servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano da data da Constituição Federal, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente naquela data, aposentar-se-á com os direitos e vantagens previstos naquela legislação."

Ocorre, que a data da vigência da Constituição Federal, segundo disposição expressa em seu art. 189, foi 15 de março de 1967, daí a razão da "Emenda Accioly Filho" contida no § 1.º do artigo 177, do Ato das Disposições Transitórias da Carta Magna de 1967 ter validade também até 15 de março de 1968.

O acréscimo de 5 (cinco) anos para a obtenção da aposentadoria, colheu diversos funcionários admitidos sob o regime anterior, de surpresa, e a nova Carta Estadual não estabeleceu qualquer critério para a contagem desse tempo, embora os mineiros, mais previdentes, já fizessem constar na Constitui-

ção de Minas Gerais a seguinte norma:

"Art. 222 — A Lei assegurará, ao funcionário que tiver tempo de serviço prestado antes de 13 de maio de 1967, o direito de computar esse tempo, para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para obtenção do benefício."

Essa matéria foi regulamentada somente em 13 de dezembro de 1968, através da Lei Estadual nº 5.140, que estabelecia a seguinte fórmula para a elaboração do cálculo proporcional:

$$\frac{TN}{TA} = \frac{X}{TC}$$

na qual TC — tempo de serviço ao funcionário; TN — tempo atualmente exigido para aposentadoria e Ta — tempo exigido pelo regime anterior.

Nesse ponto, os paulistas, através de sua Emenda Constitucional nº 7, de 6 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 127, de 07 de julho de 1.977, foram mais práticos e parecem haver encontrado a redação ideal, semelhante àquela que adotamos na presente proposição, procedidas as adaptações necessárias.

Como vemos, o dispositivo que se pretende inserir na Carta Magna de nosso Estado, não inova a legislação de nosso País, e, somente o fato de já constar das Constituições de São Paulo e Minas Gerais, Estados de grande expressão, com aplicação nesse último há mais de uma década, embora com redação diversa, já dizem da inexistência de proibição para que se fixe tal critério de contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria.

Sobre o aspecto da privacidade de competência do Governador para iniciar o processo legislativo das proposições que disponham sobre servidores públicos, devemos ressaltar que está restrita no âmbito das Leis Ordinárias e, a presente proposição, tratando-se de Emenda Constitucional, na forma do art. 24 de nossa Carta, pode ter seu andamento normal até promulgação pela Mesa desta Assembléia Legislativa, desde que seja iniciada com assinatura da terça parte de seus Membros.

Versando sobre medida de elevado alcance para o funcionalismo público, e buscando nada mais do que fazer justiça aos servidores que ingressarem nos quadros da Administração Estadual em data anterior à Constituição que fixou novas normas para a aposentadoria, cremos que a reivindicação dessa operosa classe será acolhida nesta Casa de Leis.

Em discussão.— Encerrada a discussão.

A Presidência regimentalmente colocará em votação o Substitutivo da Comissão Especial de Reforma à Constituição, considerando que na Comissão recebeu redação no tocante à substituição do artigo 157 para o artigo 158. Em votação a Proposição nº 538/77, na forma do seu Substitutivo Geral. Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. — (Pausa).— Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. E pela ordem concede a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, por uma questão de economia até, que avancemos, em vez de verificação de votação, que se proceda a verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência terá que inicialmente submeter a matéria em votação, no pedido de verificação requerida pelo Sr. Deputado Gil-

berto Carvalho. Para em seguida, verificado o quorum, fará a chamada nominal requerida por V. Exª, Sr. Deputado.

Em votação a Proposição nº 538/77 Srs. Deputados que a aprovam, queiram levantar-se. (Pausa) Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

19 Srs. Deputados aprovam;

4 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberações.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem questão de ordem anteriormente formulada pelo Sr. Deputado Enéas Faria, persistindo S. Exª na sua questão de ordem, a Presidência fará a chamada nominal, para a constatação de "quorum", embora haja constatado a presença de 24 Srs. Parlamentares. "Quorum" insuficiente para deliberação, todavia "quorum" suficiente para a continuidade dos trabalhos.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, vou propor nesta questão de ordem o que anteriormente havia levantado. Pretendo justificá-la, Sr. Presidente e uso deste expediente para assim proceder.

Há alguns dias, Sr. Presidente, porque o projeto é bom, porque o mérito foi aplaudido, porque atende a uma justa e antiga aspiração de larga parte do funcionalismo público do Estado, há alguns dias; as lideranças nesta Casa entenderam de somar esforços e aprovar a Emenda Constitucional, e aprovar a iniciativa que hoje vem à deliberação.

Mesmo porque, Sr. Presidente, o tempo se escoava, o prazo corria, e estamos já à beira de vermos expirado o prazo legal e constitucional para votação desta matéria.

As Lideranças ajustaram essa aprovação. Uma bancada e a outra bancada. Entendo para mim, tenho para mim, que do meu lado não adoto posição que não seja aquela colhida pela manifestação de meus companheiros.

Tenho para mim que devesse proceder da mesma maneira o honrado Líder da Arena e do Governo desta Casa.

Porque se não, Sr. Presidente, se as palavras não forem cumpridas, se os compromissos não forem honrados, traremos adentro desta Casa o tumulto e até o acirramento de posições, até mesmo nos colocando em posição diametralmente oposta, prejudicando até o bom andamento dos trabalhos parlamentares desta Casa.

O nobre Líder da bancada do Governo, da bancada da Maioria, falando, por certo, em nome de seus companheiros, de quem deveria receber o respaldo, o prestigamento, para poder honrar sua palavra, assegurou, não à bancada do MDB, não à Liderança do MDB, mas assegurou perante o Paraná, aos funcionários públicos deste Estado, que a sua bancada majoritária, com peso e quantidade, não desertaria e aqui estaria cumprindo o seu dever e honrando a palavra empenhada.

Hoje, Sr. Presidente, mais uma vez, e já como pinga d'água a transbordar e a nos colocar numa posição da qual, dificilmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderemos estar a recuar.

Hoje, Sr. Presidente, aqui não está presente o Líder da Arena e daqui desertou a sua bancada, que aqui veio, que aqui respondeu a chamada, que aqui ofereceu "quorum", que aqui votou a Ordem do Dia. E que agora, no momento de consagrar o compromisso assumido, deserta lamentável e tristemente.

Mas, a prevalecer essa atitude, a ser mantida essa atitude, teremos, Sr. Presidente, daqui para frente, que nos manter precavidos; teremos que nos manter distanciados; teremos que seccionar o diálogo; teremos que encerrar a

conversa; teremos que nos posicionar radicalmente contra tudo que venha do lado da bancada do Governo, tudo que venha do próprio Governo.

Ou se honra a palavra, ou se justifica porque não se estava cumprindo. Mas, simplesmente a omissão, a deserção isso, Sr. Presidente, tem para nós o sentido de deboche, o sentido de uma bofetada.

Não queremos aceitar calados o silêncio.

Requeiro a V. Ex^a, Sr. Presidente, a verificação de "quorum". — (Sem revisão do orador)

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, depois da manifestação do eminente Líder do MDB, informo a V. Ex^a, e à Casa, que não assumi compromisso nenhum referente a essa matéria, a esse projeto de lei. O Líder não está presente e não recebi orientação a respeito. Estamos tomando uma posição e nenhum compromisso anterior assumimos de aprovação. Se o compromisso assumiu, foi o Líder que não nos transmitiu. Nós não temos conhecimento. E a nossa posição é contrária ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência vai atender o eminente Deputado Enéas Faria e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. E, antes de procedê-la, a Presidência deseja informar o eminente Deputado Fidelcino Tolentino de que não havendo número regimental para votar a matéria, regimentalmente interromperá o processo de votação, não podendo portanto, lhe conferir a palavra para encaminhar à votação.

Se constatado "quorum" exigido para deliberação, a Presidência o manterá inscrito para a presente sessão, no encaminhamento de votação, caso contrário, adiará a sua inscrição para a próxima sessão, quando a matéria entrará novamente na fase de votação.

(Faz soar os tímpanos)

O Sr. 1.^o Secretária fará a chamada nominal para constatação de "quorum".

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — 32 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para deliberação.

A Presidência volta a colocar em votação, a Proposição n.^o 538/77. Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas, para uma questão de esclarecimento:

A Proposição n.^o 538/77, hoje tramita em 1.^a discussão e votação, e, conseqüentemente terá mais duas votações. Só uma, apenas mais uma?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — É.

A Emenda à Constituição terá que ter a aprovação em dois turnos, do Plenário, de acordo com o artigo 48 da Constituição Federal, Emenda recentemente editada, que alterou dispositivo do artigo 48 anteriormente da Constituição Federal.

A Presidência poderia ler a V. Ex^a, a redação do artigo 48:

"Em qualquer dos casos do artigo anterior, a proposta será discutida e votada no Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de 90 (noventa) dias a contar do seu recebimento e a dita for aprovada, quando obtiver, em ambas as sessões, maioria absoluta dos votos do total dos membros do Congresso Nacional".

Recentemente, a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou Emenda Constitucional, adaptando esta redação, para a Constituição do Estado do Paraná.

Serão, portanto, duas votações, e, em ambas as votações a matéria terá que ter maioria absoluta dos membros da Casa, favoráveis à matéria.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Eu agradeço a informação de V. Ex^a.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, para complementar a informação que V. Ex^a fornece, qual o prazo fatal para a deliberação dessa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência vai se valer da assessoria para levantar os dados, e fornecê-los a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, no seguinte teor:

"Senhor Presidente.

Na forma regimental, requeiro que a votação da Proposição n.^o 538/77, seja feita de forma nominal.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1.977.—

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Será feita a votação, portanto, pela forma de votação nominal.

A Presidência solicita dos Srs. Deputados, tempo, para, dentro de alguns instantes fornecer a data fatal, o prazo fatal para a votação da matéria.

A Presidência informa: a Proposição n.^o 538/77 está com 82 (oitenta e dois) dias desde a sua apresentação, restando portanto, 8 (oito) dias para vir a ser aprovada em dois turnos e em Redação Final. Era a informação que a Presidência pretendia dar ao eminente Líder do MDB.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — O eminente Deputado Gilberto Carvalho, respondendo pela liderança da Arena nesta Casa, informa que não teria tido acesso a alguma informação do ajuste ocorrido entre as bancadas para aprovação dessa matéria.

Realmente pode-se entender, pode-se justificar que tal fato ocorre, o que deixa S. Ex^a, hoje, numa posição um tanto difícil em se posicionar contrariamente à matéria.

Dirigiria a V. Ex^a, Senhor Presidente, um apelo no sentido de que fornecesse hoje condições para aprovação em primeiro turno e aguardaríamos, porque o prazo ainda permite, aguardaríamos o retorno do Deputado Luiz Roberto Soares, para trazermos de volta à Ordem do Dia essa matéria, já toda a questão definida e decidida.

Era o apelo que dirigiria a S. Ex^a, no sentido de que houvesse possibilidade de a frente, resolvermos e ajustarmos essa questão.

A Presidência entendeu a questão de ordem de V. Ex^a. V. Ex^a pretende a retirada da Ordem do Dia, o seu adiamento?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente, eu tentei, de acordo com o Regimento Interno da Casa, a maneira ideal para que fosse transferida essa votação, mas como foi pedida a chamada nominal creio que não será possível adiar essa votação, nem de pedir à bancada que vote favorável hoje e possa votar contra amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência quer situar os Senhores Deputados.

A última chamada nominal, constatou a presença no plenário de 32 Senhores Deputados, portanto, com "quorum" regimental para deliberação, após o que, iria colocar o requerimento do autor da proposição da emenda à Constituição, tramitando o processo e, votação nominal para a matéria e a Presidência esbarra com outro dispositivo regimental: "Só pode merecer adiamento da votação a matéria quando em fase de discussão, encerrada a fase da discussão, a matéria não pode sofrer, salvo falta de número regimental para a apreciação da matéria, adiamento na sua votação.

A Presidência deseja, das Lideranças, compreensão para poder cumprir o Regimento Interno; apenas, no caso presente, uma medida poderia adiar a votação da matéria — que seria, exatamente, aquela da constatação da falta de "quorum" para deliberação.

O Sr. Enéas Faria — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. Eu volto, Sr. Presidente, a dirigir um apelo à bancada da Aliança Renovadora Nacional e, em especial, ao Deputado Gilberto Carvalho que a lidera, chegamos, Sr. Presidente, a esse impasse, onde não cabe recuo e onde não havendo a aprovação da matéria, ela estará eliminada. Não vejo porque o Deputado Gilberto Carvalho e os nobres Deputados da Aliança Renovadora Nacional, não dêem oportunidade a que seu Líder, quando amanhã ou depois, estiver aqui, possa explicitar o compromisso que assumiu, possa cumprí-lo ou revogá-lo. Mas, para que isto não ocorra na ausência do Líder da ARENA, nesta Casa, é que eu volto a dirigir este apelo — que dêem número hoje, que aprovem, hoje, em primeiro turno e deixemos a deliberação final, a derradeira, a fatal, para amanhã ou depois, para o momento em que aqui esteja o Deputado para que ele possa responder, ou possa justificar a sua posição. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Jurandir Messias — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra, ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente. Depois de ouvir o Deputado Enéas Faria discorrer sobre a matéria, em questão de ordem, entendo que, realmente, houve esse acordo de cavalheiros tão comumente usado no meio parlamentar, e, além do mais, Sr. Presidente, o Deputado Enéas Faria merece de nós todos, a confiança, todo o credo.

Eu queria, também, nesta oportunidade, dizer que votarei favorável à proposição mas, ressaltando a este Deputado, o direito, depois de ouvir a nossa Liderança, de constataremos a realidade desse acordo de cavalheiros que, entendemos, tivesse havido com o Deputado Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

Então, meu voto será favorável à matéria mas, com essa ressalva, Sr. Presidente, desde que confirmado pelo Líder da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, porque não seria eu, Sr. Presidente, o Deputado rebelde, não seria eu o Deputado que viria contrariar as decisões de nossa liderança. O meu voto é favorável e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, concito aos Deputados da ARENA, aos Deputados de nossa bancada, que venham a plenário, também, como eu, dêem esse voto de confiança ao Deputado Enéas Faria para que aprovemos, de uma vez por todas, a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lê, para conhecimento do Plenário, o artigo 110, do Regimento Interno: "O pedido de adiamento só poderá ser apresentado antes de encerrada a discussão da matéria e será submetido à deliberação da Assembléia, independente de discussão, não podendo, entretanto, ser apresentado quando a Assembléia estiver em votação ou quando estiver fazendo uso da palavra qualquer Deputado."

Por esta razão, a Presidência vai submeter a matéria em votação. Em votação a Proposição n.º 538/77. Como a votação será feita nominalmente, solicita do Sr. 1.º Secretário faça a chamada nominal dos Srs. Deputados, tomando seus votos. Para os Srs. Deputados que votarem favorável à matéria, deverão responder "Sim"; para os que votarem

contrariamente à matéria, deverão responder "Não"

O Sr. 1.º Secretário tomará os votos dos Deputados.

O Sr. 1.º Secretário — Deputado Jurandir Messias — Sim, com ressalva.

Deputado Ernesto Gnoato

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência interrompe a fase de votação. Na votação nominal, o Sr. Deputado deverá votar a favor ou contra a matéria. Serão todos chamados e os que votarem "Sim" votarão favoravelmente, e os que votarem "Não", votarão contrariamente à matéria. Qualquer declaração de voto poderá ser encaminhado à Mesa, posteriormente, por escrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requeiro à Mesa a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, a fim de que eu possa reunir a bancada para tomarmos uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita do eminente Deputado Gilberto Carvalho, lhe conceda um minuto para verificar se pode dar guarida à pretensão.

A Presidência dirige-se agora ao Sr. Deputado, Vice-Líder, responsável pela liderança da Arena. A Presidência só poderá atendê-lo na sua pretensão, se observado o artigo 120, do Regimento Interno, e vai suspender a sessão, exatamente com base no artigo 120, único capaz de lhe permitir cinco minutos para que possa tomar posição.

A Presidência suspende a sessão por cinco minutos.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está reaberta a sessão.—

Em votação a Proposição n.º 538/77. De conformidade com deliberação do Plenário, a votação far-se-á pelo sistema nominal. O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, que deverão de responder:

Quem é favorável à matéria: Sim

Quando contrários à matéria: Não

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada)

Jurandir Messias — Sim

Ernesto Gnoato — Sim

Quielise Crisóstomo — Não

José Domingos Scarpellini —

Ivan Rüppel —

Rosário Pitelli —

Accioly Neto — Sim

Adalberto Daros —

Aguinaldo Pereira Lima — Não

Alfredo Gulin — Não

Antônio Facci —

Aragão de Mattos Leão —

Augusto Carneiro — Não

Basílio Zanusso —

Dácio Leonel — Não

David Federmann —

Del Ciel —

Deni Schwartz —

Domício Scaramella —

Edilson Alencar — Sim

Egon Pudell — Não

Enéas Faria — Sim

Ernesto Dal'Oglio —

Erondy Silvério — Não

Ezequias Losso — Não

Fabiano Braga Côrtes —

Fidelcino Tolentino — Sim
 Francisco Escorsin —
 Fuad Nacli — Sim
 Gabriel Manoel —
 Gabriel Sampaio — Sim
 Gilberto Carvalho — Não
 Hélio Manfrinato —
 Jayme Rodrigues Carvalho — Sim
 Jorge Sato —
 Lázaro Dumont —
 Lineu Turra — Sim
 Lúcio Machado — Sim
 Luiz Alberto Oliveira — Não
 Luiz Roberto Soares —
 Maurício Fruet — Sim
 Muggiati Filho — Sim
 Nilso Squarezi —
 Osvaldo Macedo —
 Otássio Pereira —
 Paulo Camargo —
 Renato Bernardi —
 Trajano Bastos —
 Valter Pietrângelo —
 Waldenício Barbalho —
 Werner Wanderer — Não
 Wilson Fortes —
 Nelson Buffara — Sim

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**) — 14 Srs. Deputados responderam "Sim" e 11 Srs. Deputados "Não". Não há "quorum" para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos agentes policiais Eduardo Matuchevski e Deusdete Palmeira da Silva, barbaramente assassinados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos agentes policiais Deusdete Palmeira Silva e Antônio Eduardo Matsuzevski. — **Aprovado.**

A Presidência solicita aos Srs. Deputados Maurício Fruet e Valter Pietrângelo, que procurem uniformizar em ambos os requerimentos, o sobrenome do desditoso policial, falecido ontem tragicamente na Capital, porquanto em ambos os requerimentos, o sobrenome do policial difere substancialmente.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser construída uma ponte sobre o Rio Fuarani, divisa entre os Municípios de Quedas do Iguaçu e Catanduvas. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Recursos Humanos, consubstanciado em pedido de informações, com referência aos salários que percebiam do Poder Público, os policiais Deusdete Palmeira Silva e Antônio Eduardo Matsuzevski, assassinados domingo último nesta Capital. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de pedido de informações, com referência à redução de quotas do ICM, devidas aos municípios paranaenses. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações

a todos os elementos que compõem as equipes esportivas e retaguarda técnica da Rádio Universo, por ter sido a única emissora do Paraná a realizar as transmissões de todas as apresentações do Selecionado do Brasil, em gramados da Europa e Arábia Saudita. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades federais, consubstanciado em apelo no sentido de sensibilizar as autoridades, visando que a importação de milho recentemente autorizada, seja procedida através do Porto de Paranaguá. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, encarecendo abertura de crédito especial de emergência, para atendimento aos pecuaristas do Paraná, notadamente os da região Centro Oeste, Oeste e Sudoeste do Estado, que devida a longa estiagem, estão perdendo pastagens. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 1ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 538/77.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 178/77; marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 28, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nº 150/77, 168/77 e 04/78.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA OITAVA LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO DA "COMISSÃO DE ORÇAMENTO"

Aos catorze dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezessete horas, na Sala de Reuniões, instalou-se a COMISSÃO DE ORÇAMENTO. Verificada a existência de "quorum", os trabalhos foram abertos pelo Deputado Domício Scaramella, de acordo com o que determina o Art. 40, do Regimento Interno. Feita a chamada, foi constatada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jorge Sato, Fuad Nacli, Deni Schwartz e Antônio Facci. A seguir, o Deputado Domício Scaramella falou da necessidade de se processarem as eleições para a Presidência e Vice-Presidência da referida Comissão, deixando livre a palavra para as indicações. Fazendo uso da mesma, o Deputado Jorge Sato indica o nome do Deputado Fuad Nacli para a Presidência. A indicação foi aceita por todos os presentes. A seguir, o Deputado Antônio Facci, indica o nome do Deputado Domício Scaramella, para a Vice-Presidência. A indicação foi igualmente aprovada por todos. Assumindo a Presidência, o Deputado Fuad Nacli agradeceu a indicação de seu nome e a confiança nele depositada para presidir tão importante Comissão, dizendo ainda, que tudo fará para bem desempenhar esta função. Prosseguindo, indicou o nome da funcionária Elcy Silva Batista, para desempenhar as funções de Secretária da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados presentes, e por mim, Secretária.

Sala das Reuniões, em 14 de março de 1978.

(aa) FUAD NACLI — Presidente

DOMÍCIO SCARAMELLA — Vice-Presidente

JORGE SATO

ANTÔNIO FACCI

DENI SCHWARTZ

Elcy Silva Batista — Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

Aos vinte e sete dias do mês de março de hum mil e novecentos e setenta e oito, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: Wilson Fortes, Fabiano Braga Côrtes, Werner Wanderer, Gilberto Carvalho, Nelson Buffara e Benedito Lúcio Machado. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Como nada

constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI Nº 12/78, de autoria do Poder Executivo — Mensagem nº 01/78, objetivando fixar a partir de 1º de janeiro do corrente ano, novos valores nos vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os dos integrantes da Polícia Militar. Relator:— Deputado Wilson Fortes, Presidente, que avocou o Projeto de Lei, dando parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

Sala das Reuniões, em 27 de março de 1978.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

Elza Carneiro Camargo — Secretária